



Revista Tempo e Argumento
ISSN: 2175-1803
tempoeargumento@gmail.com
Universidade do Estado de Santa Catarina
Brasil

de Freitas, Sheille Soares; Santos, Carlos Meneses de Sousa
Trabalhadores e as fendas da ambivalência assistencial:
Oeste do Paraná em fins do séc. XX e início do séc. XXI *
Revista Tempo e Argumento, vol. 11, núm. 27, 2019, -
Universidade do Estado de Santa Catarina
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180311272019387>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338160583024>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Trabalhadores e as fendas da ambivalência assistencial: Oeste do Paraná em fins do séc. XX e início do séc. XXI*

Resumo

Neste artigo, evidenciamos aspectos das relações de poder mantidas entre trabalhadores (notadamente empobrecidos) e os vários sujeitos com que se colocam a dialogar, tendo em vista a atenuação ou superação de suas dificuldades; incluindo em seu repertório de atuação, o envolvimento com órgãos públicos e/ou dirigentes governamentais, empregadores e/ou entidades patronais, além de meios de acesso à instituição judiciária e o próprio contato com outros trabalhadores (estes situados em condições de menor vulnerabilidade). Para tal, indicamos uma documentação variada (abarcando fichas de assistência social, noticiários de jornalismo radiofônico e processo judicial), apontamos dinâmicas assistenciais que expressam um universo de tensão, enredado na desigualdade social, tanto quanto definido pela ambivalência das inserções empreendidas pelos sujeitos destacados. Uma pauta formulada a partir da territorialidade constituída no Oeste do Paraná, conforme questões atinentes à historicidade depreendida entre fins do séc. XX e início do séc. XXI.

Palavras-chave: Trabalhadores. Desigualdades. Relações de Poder. Ambivalência.

Para citar este artigo:

FREITAS, Sheille Soares de; SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. Trabalhadores e as fendas da ambivalência assistencial: Oeste do Paraná em fins do séc. XX e início do séc. XXI.

Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 387 - 428, maio/ago. 2019.

DOI: 10.5965/2175180311272019387

<http://dx.doi.org/10.5965/2175180311272019387>

* Os estudos que resultaram neste artigo contemplam ações dos projetos de pesquisa e extensão dos autores, estes financiados com o apoio da Fundação Araucária e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE.

Sheille Soares de Freitas

Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).
Marechal Cândido Rondon, PR - BRASIL
sfsheille@gmail.com
orcid.org/0000-0002-8960-8068

Carlos Meneses de Sousa Santos

Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisador independente e extensionista na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).
Marechal Cândido Rondon, PR - BRASIL
menesesufu@yahoo.com.br
orcid.org/0000-0001-9843-4795

Workers and the fissures of assistance ambivalence: West of Paraná in the late 20th century and beginning of the 21st century

Abstract

In this article, we evidenced aspects of the relations of power maintained between workers, notably impoverished and the several individuals who they put themselves in dialogue, with a view to attenuation or overcoming their difficulties, including in your acting repertoire, the involvement with public agencies and/or government leaders, employers and/or entities of employers, as well as means of access to the judicial institution and the contact with other workers (who are in condition of lesser vulnerability). For this, we indicate a varied documentation (encompassing the social assistance factsheets, the radio journalism news and judicial process), we point assistances dynamics that express a tension universe, entangled in social inequality, as well as defined by the ambivalence of the insertions undertaken by the individuals highlighted. An agenda formulated from the territoriality constituted in the West of Paraná, according to questions related historicity deprecated between the end of the 20th century and beginning of the 21st century.

Keywords: Workers. Inequalities. Power Relations. Ambivalence.

Quando trabalhadores são notados (inclusive, quando ativamente se apresentam) em situações claramente adversas, por vezes reveladoras das mais amargas imagens da desigualdade, eis que se manifestam os alaridos de condescendência e/ou censura entre os seus potenciais socorristas. Com preocupações distintas, muitos (até mesmo entre os próprios trabalhadores) ensaiam contribuições reticentes ou repreensões inclinadamente corretivas – ainda que supostamente advindas do que seriam os mais sinceros sentimentos de preocupação com as garantias mínimas da condição humana. Desse

enredo genérico, reconhecemos a pauta de uma controvérsia social que interpela e alimenta parte expressiva das relações de poder que mantemos em nosso tempo. Isso porque, tendo em vista a possibilidade de abordarmos ações de trabalhadores marcados pela notoriedade do empobrecimento, visualizamos o modo como buscaram melhorar suas condições de vida por meio de “pedidos” e pressões por auxílios os mais variados. Fazemos isso ao destacar a forma como se relacionaram com instituições e entidades de assistência social, meios de comunicação privados, poder judiciário, trabalhadores e entidades sindicais – além de tantos outros interlocutores a partir daí alcançados.

Essas questões foram abordadas por meio de determinadas evidências, elaboradas a partir das ações de diferentes sujeitos, ora registradas em fichas de assistência social e autos processuais, ora em reportagens de jornais radiofônicos. Documentações produzidas em (e sobre) cidades situadas na região Oeste do Paraná, na fronteira sul do país – em fins do século XX e início do século XXI. Por sinal, uma territorialidade que também pode ser apreendida a partir das atuações desses sujeitos; que, respeitadas as preocupações delimitadas para este artigo (tanto quanto os limites impostos pela documentação), permite-nos formular apontamentos sobre a historicidade das relações que foram estabelecidas nesse lugar. Afinal, abordamos uma temporalidade que, não por acaso, faz referência a momentos expressivos da materialização de expectativas contidas no projeto de expansão das fronteiras agrícolas no território nacional¹.

Assim, ainda que façamos essas indicações demasiadamente amplas (que talvez sirvam como rabiscos em uma página em branco, como se tracejando linhas malfeitas, tentando delinear uma estrada apenas por suas margens, quase como uma pintura

¹ Um quadro geral, ainda que introdutório, de alguns dos (vários) aspectos que compõem a historicidade dessa dinâmica social, consideradas as controvérsias que envolvem os procedimentos teóricos e metodológicos de seus propositores (tanto quanto os supostos políticos que os informam), pode ser visualizado a partir dos seguintes trabalhos: GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. 3. ed. Cascavel: Edunioeste, 2008. LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005. OBERG, Kalervo. **Toledo: um município da fronteira Oeste do Paraná**. Rio de Janeiro: Edições SSR, 1960. Estudos n. 3. ROMPATTO, Maurílio. **Piquiri, o vale esquecido: memórias da luta pela terra em Nova Aurora, Paraná, desde os anos 50**. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995. SANTOS, Carlos Meneses de S. **Trabalhadores em movimento: horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR: Segunda metade do século XX e início do século XXI**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

abstrata), oferecemos esse mapa de orientação geral. Todavia, uma vez ofertado esse breve esquema visual, passemos à evidenciação das ações dos sujeitos até aqui esboçados por uma imagem que reconhecemos como imprecisa, quase disforme. Ademais, foi a potência de suas atuações o que chamou nossa atenção. Ela nos instigou a manusear o vigor de suas presenças na trama social, ao mesmo tempo em que procuramos nos esquivar dos riscos usuais de sucumbirmos em nossos borrões hermeticamente acadêmicos. E, de mais a mais, também precisamos reconhecer que não temos grande disposição para abstrações, incluindo aquelas estruturações desmedidamente sincrônicas. Pois, mesmo quando tentados a considerá-las, frente à vitalidade de preceitos vigentes em certas modulações, logo a materialidade histórica nos puxa para baixo, para próximo do chão – ligando-nos às circunstâncias que permitem visualizar a historicidade de enredamentos que alicerçam o terreno onde a vida se desenrola².

É nesse chão, em meio ao desenrolo da vida (urdida no encontro entre sujeitos com condições, valores e interesses os mais diferenciados), que identificamos o registro de uma assistente social sobre a ação renitente da jovem Suzane³; que, em outubro de 2010, batia à porta do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado em Marechal Cândido Rondon-PR. A persistência da jovem, de 17 anos, que “pela segunda vez na semana, veio [...] solicitando cesta básica” (CRAS, 2010), parecia incomodá-la. Não que a funcionária municipal sugerisse, em suas anotações, contestar a legitimidade daquela solicitação. Pelo contrário, apesar do prescritivo “encaminhamento” para

² Thompson, colocando em discussão a preponderância teórica e metodológica atribuída a procedimentos sincrônicos, identificados como recursos usualmente operados nas visões estruturalistas (principalmente aquelas ligadas à nossa multifacetada tradição marxista), sustentou a necessidade de considerarmos a força de interpretações históricas suscitadas em uma lógica que não ignorasse a concatenação diacrônica da dinâmica social. Sem defender exclusivismos, o historiador inglês (argumentando sobre a relação entre estrutura e processo), chamou-nos a atenção para o fato de que, “o diacrônico é posto de lado como uma mera ‘narrativa’ não estruturada, um fluxo ininteligível de uma coisa oriunda de outra. Somente a estase da análise estrutural pode trazer o conhecimento. O fluxo dos acontecimentos [...] é uma fábula empirista. A lógica do processo é negada” (p. 83). A nosso ver, tal como outrora, essa é uma objeção que ainda cumpre sua função provocadora, capaz de, também, suscitar paixões conflitantes em nosso tempo. Todavia, aqui, neste texto, sua advertência terá acolhida, uma vez que sua repreensão nos parece bastante adequada e espantosamente atual. Ver: THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros** (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 83.

³ Todos os nomes relacionados às fichas serão pseudônimos. O intuito é explorar a experiência desses sujeitos, preservando a identidade dos mesmos.

“participar do curso de empregabilidade”, quando da segunda incursão de Suzane, o pedido foi atendido. Porém, nessa mesma ocasião, teria sido advertida quanto ao descumprimento de uma suposta combinação ocorrida cinco dias antes dessa sua nova ida ao órgão (CRAS, 2010). Naquele momento, o acordo seria para que sua mãe, uma trabalhadora rural diarista, comparecesse ao centro de assistência – uma vez que assumiu o papel de responsável pela unidade familiar (precisando, portanto, tratar dos diversos aspectos que compunham sua reconhecida condição de pobreza). Assim, em meio aos embaraços expressos nessa relação, Suzane levou consigo a cesta de alimentos. No entanto, também foi responsável pela renovação do compromisso que devia ser assumido por sua mãe, qual seja, prestar (diretamente) sua deferência aos dirigentes e operadores das políticas de assistência aos pobres⁴.

Contudo, essa foi uma promessa pouco diligente, tanto quanto pôde notar a própria assistente, quando se viu envolvida em situações atinentes ao acompanhamento dos que demandam auxílio social, particularmente evidenciadas na própria residência de Suzane:

No período da tarde, fomos até a casa e não a encontramos. Disse para a agente de saúde que não foi ao CRAS, pois não tinha água para tomar banho. Também foi entregue pomada para as feridas das crianças. Informamos para se organizar, porque no dia 02/03/11 estarão indo para o Paraguai para a regulamentação dos documentos. (CRAS, 2010)

No escopo dessa narrativa, em meados de 2011, tivemos acesso aos termos dessa relação, impressos na ficha formulada pela assistente social. Uma documentação elaborada a partir de encontros mantidos entre essas profissionais e os trabalhadores que procuravam a instituição; ou (ainda que menos usual) circunstâncias em que eram os

⁴ Simas (2010), abordando o que definiu como “famílias chefiadas por mulheres pobres em Joinville-SC”, apontou a incidência dessas inserções femininas, indicando o lugar de destaque que ocupam na relação com esses órgãos de assistência. Por sua vez, também notou a indisposição dessas mulheres para com os acompanhamentos e atividades desenvolvidas pelos agentes públicos; onde argumentou que, “em alguns dos CRAS que visitei, tive a oportunidade de presenciar o atendimento de algumas mulheres [...] pude perceber que, para a maioria destas mulheres, o tempo é algo extremamente precioso. Portanto, a espera, de trinta a sessenta minutos, pelo atendimento de uma assistente social ou psicóloga, só acontece porque é o meio com o qual elas conseguem garantir a alimentação da família, a partir das cestas básicas que recebem. Nos chamados ‘grupos’, era visível a aflição das mesmas, por estarem atrasadas para o trabalho ou para as tarefas domésticas” (SIMAS, 2010, p. 117).

trabalhadores os sujeitos contatados pelo órgão da administração municipal⁵. Esses materiais nos suscitam a assumir uma inquietação confessada por Negro (2016), quando, ao consultar a documentação da polícia política, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, atentando-se ao que notou como “devassa policial do PCB do ABC em 1962”, argumentou que,

Prestando atenção à fonte [...] me senti confrontado por uma indagação: o que eu realmente teria para falar daqueles trabalhadores sem ser, eu também, preconceituoso, altaneiro e obtuso? Como conseguiria perceber a dignidade – e quem sabe a complexidade – de suas histórias apagadas pelas fontes? (NEGRO, 2016, p. 146)

Tanto quanto sugerido por Negro (2016), reconhecemos que o trato metodológico com a documentação exige que explicitemos nosso compromisso com a historicidade da experiência formulada pelos sujeitos com quem nos propomos a dialogar. Um procedimento que, quase sempre, manifesta-se como uma confrontação, provocando certo senso de cobrança e atenção. Além disso, também compartilhamos do suposto de que “fazer História Social é admitir que as nossas perguntas, problemas, prognósticos e soluções não são mais importantes do que a experiência do vivido pelos subalternos, seus valores e práticas” (NEGRO, 2016, p. 146). De nossa parte, estamos inclinados a considerar esses registros como expressões das relações que os produziram. Portanto, elaborações de experiências da desigualdade mantidas pelos sujeitos neles implicados. Desse modo, reconhecemos os diferentes protagonismos neles evidenciados, inclusive dos trabalhadores, o que nos permite argumentar que temos nessas narrativas evidências de um campo de forças, exercitado tanto por quem solicita quanto por quem oferece e/ou cede auxílios governamentais.

⁵ Atentamo-nos para esses materiais nos últimos meses de 2010, quando as fortes chuvas ocorridas naquele ano fizeram emergir certo clamor de auxílio público, provocado pelos estragos que atingiram vários bairros da área urbana. Uma comoção penetrada pela ação de sujeitos que tiveram suas casas atingidas, onde postularam telhas, cimento, madeiramento e, a partir dessa demanda, tudo o mais que conseguiram acessar por meio daquele espaço de relação. A intensificação desse fluxo chamou nossa atenção e começamos a construir a possibilidade de consultar esses materiais. Assim, tivemos acesso a centenas de fichas, formuladas (outras renovadas) entre os anos de 2009 e 2011, sendo compostas de registros pessoais que incluíam referências à nacionalidade e naturalidade, renda e composição familiar, estimativas de gastos, inventários de bens e descrição de imóveis; além de todas as tramas elaboradas nos relatórios das assistentes sociais e fichas anexas.

Nessa dinâmica, ir ao CRAS ou ir à casa de trabalhadores, postular alimentos ou ceder pomadas e documentos, compõe um universo de tensão que articula práticas variáveis e assimétricas. Um palco de ação que possibilita um repertório próprio de comunicação, em que a precariedade da falta de água pode ser mobilizada como vocabulário proativo por parte de trabalhadores, tornando-se apropriado para justificar ausências e quebras de compromissos, supostamente assumidos – além de atribuir materialidade aos elementos narrativos que afirmam a própria necessidade de tais relações. Assim, em meio a travancas e ambiguidades, fica claro que os apelos por determinados compromissos pareciam não inibir as iniciativas lançadas pela Sra. Eloísa (pelo menos não ao ponto de subjugar-la de forma aniquiladora). De nacionalidade paraguaia, era casada e mãe de seis filhos, incluindo a jovem Suzane – anteriormente destacada pelo que seria sua inconveniência. A trabalhadora Eloísa certamente era alguém calejada com o assédio do serviço social. Afinal, para além das usuais pretensões de controle e domínio (particulares aos interesses estatais) a afirmação de suas demandas familiares atraía para si uma atenção especial por parte dos agentes públicos, desencadeando uma espécie de empenho avaliativo do que seriam suas reais necessidades e devidas contrapartidas.

Basta mencionar que, ainda que tomemos os registros assinalados em sua pasta de atendimento como relatos de todos os efetivos contatos que mantiveram (por sinal, uma ilação nem sempre segura), o fragmento citado acima foi apontado como o terceiro encontro não consumado – apesar de aparentemente ajustado de forma prévia. Conforme a documentação abaixo, três dias antes do desencontro mencionado, portanto no dia 25 de fevereiro de 2011, a trabalhadora

não compareceu no CRAS, fomos até sua residência. Eloísa não estava, apenas os filhos e informaram que hoje a mãe terminaria a empreitada. Foi entregue um bilhete para que comparecesse no CRAS dia 28/02. A equipe do PSF chegou até a casa, porém não tinha nenhum responsável. Não fizeram o atendimento. (CRAS, 2010)

Como já observamos, as assistentes sociais também não tiveram sucesso no dia 28 de fevereiro. Sem falar que a iniciativa de procurá-la em casa, no dia 25, parece indicar que tenham cansado de aguardá-la no órgão. Inclusive, ao se verem diante da presença de sua filha (substituindo-a em seu primeiro não comparecimento), quando a jovem teria

se comprometido em destacar a necessidade de sua mãe se fazer presente na instituição. Então, para além dos recados e bilhetes, a pressão foi levada a um novo nível, o qual passava a atingir o atendimento de saúde, interrompendo a assistência médica prestada à família. Mas, a nosso ver, seria incongruente não reconhecer que esse cerco soava como algo incômodo para as assistentes. Para além de suas efetivas obrigações, elas pareciam tocadas por certos aspectos do que poderíamos admitir como condescendência. Um sentimento até certo ponto bastante honroso, além de razoavelmente compreensível – mesmo para profissionais tarimbadas pela lida com a miséria. Mas, mais do que as manifestações da pobreza, o que parecia sensibilizar essas agentes eram menos as condições e mais as ações de uma trabalhadora, incontestavelmente dedicada a seus afazeres profissionais.

Nesse caso, a palavra trabalhadora era empregada com sentidos que extrapolavam sua função de caracterização substantiva, alcançando as qualificações próprias de sua faceta adjetiva. Aqui, além da menção de que no dia 25 ela não estava em casa porque terminava uma “empreitada”; consta, em outra anotação, que, no dia 23 de fevereiro (portanto, dois dias antes), as funcionárias municipais conseguiram abordá-la. Segundo o registro desse encontro, foi realizada “visita domiciliar, ela estava indo trabalhar como boia-fria, confirmamos que está grávida, acredito que seja de quatro meses, não fez acompanhamento pré-natal” (CRAS, 2010).

Advinda desse contato e percepção, a combinação que definiu o encontro para o dia 25 se justificou porque no dia 23 saía para o trabalho; gesto que (em si) deveria ser tomado como indicação de uma concessão (quiçá tolerância e boa vontade) das agentes municipais – talvez sensibilizadas com a disposição de Eloísa, que apesar de sua gravidez continuava enfrentando as lides do trabalho e contingências de falta de acompanhamento médico. Porém, quando do descumprimento desse acordo (ainda que novamente explicado pela presença no trabalho) algo parece ter despertado certo desapego moral nessas socorristas. Talvez julgassem que a pauta do encontro para o dia 25 fosse assumida (por parte da trabalhadora) como uma benesse digna de reverência, pois “encaminhamos para nos procurar no CRAS, para verificar a questão da laqueadura e referente ao serviço socioeducativo. Fomos ao posto de saúde para que a equipe do PSF fosse fazer visita” (CRAS, 2010).

Tais prerrogativas, compostas pela abertura desse leque de “benefícios”, exigia da trabalhadora o que pareciam supor como certo sentimento de estima – frente à tamanha benevolência. No entanto, a falta de correspondência perante os encaminhamentos e expectativas não deixou dúvidas: que se impusesse uma punição, ainda que isso implicasse o corte do acompanhamento médico de uma mulher grávida (justamente aquela mulher, a qual, até ali, tanto desvelo havia suscitado). Assim, como nas agruras expostas em uma tragédia, debateram-se sujeitos nada silentes, os quais teceram um roteiro com sua própria carga dramática. Um enredo estabelecido na historicidade de relações de poder marcadas por indefinições (ao menos até o momento de seus efetivos desfechos) – em que gracejos e dissimulações terminaram como desencontros, apesar dos honrosos lampejos de identificação entre os desiguais. Desse modo, nesses dissensos (marcados por idas e vindas), delineou-se um saldo geral, apontado pela síntese oferecida na visão registrada no relatório final das assistentes sociais. Uma imagem projetada a partir da posição de quem se supõe acima da trama que buscou organizar, como se ocupasse um ponto panorâmico, apartado da dinâmica que pretende ser assimilada como mero relato descritivo.

[...] desde outubro de 2010 é orientada [...] a procurar o CRAS e atualizar os dados do cadastro e solicitar cesta básica, mas os responsáveis, Eloísa [paraguaia] e Josué [brasileiro], não compareceram, quando questionada, Eloísa afirma que precisa trabalhar, ir para a lavoura. Percebe-se que a mesma é muito trabalhadora, pois é muito difícil encontrá-la em casa nos dias em que o tempo está bom para o trabalho [...] Apesar da dificuldade de contatar Eloísa e o marido, e de fazer com que os meninos procurem a inclusão da família aos benefícios e serviços [...] a família fora atendida com duas cestas básicas. Também fora feito um acordo informal com os responsáveis pelo Programa Leite das Crianças, buscando repassar à família o leite que sobre, a fim de destiná-lo a Gabriel [brasileiro] (CRAS, 2010).

Antes de qualquer outra observação, insistimos no fato de que esses atendimentos, que incluem cestas de alimentos e sobras de leite, provenientes de merendas escolares e programas governamentais, são destinados à família de uma trabalhadora que não foi desqualificada em seu empenho para o trabalho. Pelo contrário, recebeu uma espécie de carimbo de “muito trabalhadora”, algo que parecia atestar sua boa conduta. Ademais, além de Eloísa, seu marido Josué e seu filho mais velho, Gilvan, também se empregavam na lavoura – conforme reconhecido pelo próprio órgão de

assistência social. O trabalho desempenhado pelos três renderia uma diária de R\$ 30,00 a cada um. O que permite evidenciar que esses trabalhadores, empregados nos campos do Oeste do Paraná (no início da segunda década do século XXI) obtinham ganhos que os interpelavam a considerar o relacionamento com a assistência social – ainda que fossem tidos como trabalhadores dedicados. Portanto, essa suposta tenacidade não era suficiente para afastá-los de uma condição acolhida socialmente como incerta e fustigante. Um estado de desconforto quase sempre materializado em dinâmicas que, de modo ambíguo, ora apareciam como incitação à busca por novos horizontes, ora como o próprio horizonte alcançado.

Algo que Silva (2010), abordando o que definiu como “experiências transfronteiriças”, chamou à atenção para a ação de trabalhadores que se posicionavam com “um pé aqui e outro lá”. Um equilíbrio perscrutado por sujeitos que saíram do território paraguaio (ou que consideravam essa possibilidade) para vir ao Brasil, onde delimitou a cidade de Marechal Cândido Rondon como destino a ser investigado. A autora, apresentando a narrativa de um dos sujeitos com quem produziu determinada entrevista, oferece a análise feita pelo Sr. João, o qual se ocupava de uma problemática que (além de ter sido comum a muitos outros trabalhadores), provavelmente, também suscitou as devidas ponderações por parte da família de Eloísa. Caso nossa ilação seja tomada como válida, temos a oportunidade de notar (apesar de nossas honrosas e embaraçosas incredulidades) que, “em relações assimétricas pautadas pela valorização da propriedade por meio da exploração da força de trabalho, existe um lugar – tecido em contato com os dominantes – também para experiências de liberdade, de ação, com coragem, empenho e astúcia” (NEGRO, 2016, p. 174).

Senão, vejamos como o sujeito entrevistado por Silva (2010) considerava, de modo bastante pragmático, as duras condições enfrentadas pelos trabalhadores registrados pelo serviço de assistência social de Marechal Cândido Rondon. Diga-se de passagem, uma avaliação que era feita tendo em mente a possibilidade de obter em tais condições não um ponto de partida (tomado como inquietação e/ou recusa), mas sim um ponto a ser alcançado. Portanto, passível de ser buscado como alternativa de melhora para sua vida.

A gente trabalha, vai fazendo empreitada. Mas isso é um preço toda vida meio baixo, não compensa. Pra ir trabalhar por dia também não compensa, se comparar com o Brasil em que a gente trabalha em real. Aqui o guarani caiu, não tá valendo quase nada. Ó, a diária aí hoje, oito horas por dia, está na faixa de quarenta, trinta e cinco mil [guaranis]. Isso é pra roçar, carpir, qualquer coisa aí, soja, qualquer coisa que vai fazer, a diária é essa. Só que enquanto no Brasil é pago vinte e cinco real, aqui a gente ganha nessa faixa. Veja bem quanto vale contra vinte e cinco real! (SILVA, 2010, p. 55)

Uma exclamação que teve seu conteúdo monetário traduzido por Silva, que, identificando a temporalidade a que se remete (ano de 2008), revelou-se comprometida em reconhecer o quão expressivos podem ser determinados aspectos, ainda que nem sempre notados (por observadores externos) como relevantes ou significativos.

Essa é uma avaliação compartilhada por muitos dos entrevistados. A diferença de preço de uma diária entre um lado e outro é substancial. Trinta ou quarenta mil guaranis, quando convertidos em moeda brasileira, não chega ser quinze ou vinte reais. Enquanto que trabalhando no Brasil eles conseguem vinte e cinco reais, que se convertido para a moeda paraguaia corresponderia a mais de cinquenta mil guaranis. Para eles, trata-se de uma diferença considerável e tem grande peso na decisão de migrarem. (SILVA, 2010, p. 55)

A noção de “decisão”, empregada para caracterizar certas ações desses sujeitos, parece-nos uma indicação interpretativa bastante valiosa. Afinal, supor o comportamento dos trabalhadores como atos informados por suas próprias decisões (ao invés de atitudes orientadas pela simples ausência de possibilidades e/ou condutas políticas tidas como mais consequentes) nos interpela a uma visão mais investigativa e menos autoconfirmatória; pois nos provoca a identificar a atribuição dos pesos e dos balanceamentos que “eles” atribuem à vida que levam, além de nos suscitar o interesse em examinar as muitas considerações e as várias diferenciações que promovem entre ir, ficar, voltar, retornar e seguir adiante. Dimensionamentos que podem se manifestar em alguns poucos reais ou em minguados quilos de mantimentos. Para não falar na regularização de documentos e nos cursos de orientações socioeducativas (quase sempre demandados pelo Estado como exigências para efetivar suas concessões); ou ainda nos atendimentos médicos e em tudo mais que puder ser arrancado dos dirigentes e gestores públicos. Além, claro, de todos os ganhos possíveis de serem auferidos na relação com os

padrões. Ainda assim, conquistas quase sempre controversas, por vezes situadas abaixo da tênue linha de proteção da legalidade – porém, conquistas!⁶

Conforme esse quadro geral, ainda que as coisas não saiam como desejado, nem sempre parece algo prudente encerrar o contato ou colocar ponto final a essas relações, mesmo quando possível aos trabalhadores. Em muitas circunstâncias, tendo em vista determinadas aspirações, talvez o que mais importa seja não sair do palco dessa relação – exibindo e encenando um determinado modo de vida e seu respectivo comportamento. Por vezes, notado como uma espécie de consentimento subalternizado; porém, para muitos efeitos, tomado como suficientemente constrangedor e/ou demasiadamente provocativo⁷.

Scott (2002, p.18), reconhecendo o que identificou como obstáculos ao “conflito aberto”, denominou esse entrave, simplesmente, como “a dureza do cotidiano”. O autor, articulando aspectos variados da experiência de exploração e/ou opressão, argumentou que isso não implicaria nenhuma espécie de consentimento ou voluntariedade às vivências da desigualdade. Segundo ele,

A perspectiva que tenho em mente pode ser melhor expressa nas palavras de Hassan, um homem pobre que recebia aquém do salário mínimo para organizar pilhas de grãos de arroz. Ao ser perguntado por que ele não dizia “não” ao seu rico patrão, ele respondeu: “Os pobres não podem reclamar, quando estou doente ou precisando de trabalho, posso precisar dele outra vez. Fico com raiva no meu coração”. [...] [os trabalhadores] podem abrigar profundas animosidades contra as “panelinhas” que dominam a política da comunidade, mas devem agir com circunspeção, caso queiram receber benefícios de qualquer das pequenas vantagens que aqueles podem oferecer. [...] não há

⁶ Apontamos evidências dessa historicidade, fundamentalmente no que diz respeito às dinâmicas de exploração (ligadas aos modos de vigência e/ou contestação das relações de trabalho), quando abordamos o que definimos como “crônicas da desigualdade em registros de processos trabalhistas no Oeste de Paraná”. Naquela ocasião, destacamos um arco temporal que explorou vicissitudes manifestas no decorrer da segunda metade o século XX. Ver: FREITAS, Sheille S.; SANTOS, Carlos Meneses de S. Trabalhadores e experiências da exploração: crônicas da desigualdade em registros de processos trabalhistas no oeste do Paraná. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 10, n. 1, p. 92-122, jan./jul. 2017..

⁷ Sugerimos o trabalho de Silva como expressivo na identificação das ambiguidades desse processo de visão, construído sobre as relações estabelecidas no CRAS, particularmente analisadas pela autora em Belém-PA. Ela destaca narrativas de “usuárias” que apontam motivações, avaliações e tensões frente à decisão de se relacionar com o órgão, assim como diante da convivência com essa prática. Ver: SILVA, Olga M. T. *Salário X Transferência de renda: tensões no processo de reprodução social de usuários do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém*. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

necessidade, certamente, de [dizer] que isto é resultado de algumas hegemonias simbólicas e, por que não dizer, do consenso. A obrigatoriedade do cotidiano é, em si mesma, suficiente. (SCOTT, 2002, p. 18)

Esse modo de ver o problema, o qual nos inspira a projetar nossas próprias visões acerca da problemática que nos é afeta, em certas circunstâncias consegue alcançar, inclusive, em favor desses trabalhadores, a quebra das resoluções normativas do auxílio social, revelando o quão próximas certas características dessas políticas de promoção e assistência ainda se encontram de muitos dos aspectos atribuídos às atitudes do paternalismo clientelista; em que, seja nessa seja naquela definição acadêmica, os dirigentes públicos se veem frequentemente pressionados a exercerem (ainda que de modo cerimonial) sua proteção e zelo aos pobres; pois, por mais que as coisas se compliquem com as assistentes sociais, sempre resta a possibilidade de encontrar em seus registros que, “a pedido da Primeira Dama, que organizou o projeto Minha Família”, fossem entregues “alguns brinquedos e cesta básica” (CRAS, 2010).

Afinal, ao menos no natal e em momentos com apelos caritativos (sejam eles informalmente incorporados ao calendário social, sejam emergidos de ocasiões excepcionais) os figurões precisam, em prol da imagem de proteção que buscam ostentar, dar as caras e estender as mãos. Por tais encadeamentos, imagens com essa aura de comunhão guardam suas próprias contradições e dissensos. Elas revelam um longo cortejo de tensão latente. Nessa romaria histórica, não há a necessidade de definir marcos muito rígidos para a organização dessas condutas sociais; os quais, ainda que propostos, não precisam se apegar de forma radical a temporalidades estreitamente definidas ou a acontecimentos rigorosamente delimitados.

Ademais, caso partíssemos das recorrentes definições sobre a estruturação institucional da organização da área de assistência social, tomando como referência a cidade de Marechal Cândido Rondon, ligaríamos a questão à gestão municipal do PMDB, eleita na segunda metade da década de 1980. Nesse caminho, provavelmente, chegaríamos ao marco genealógico da criação do Departamento de Assuntos Comunitários e suas superlativas propostas oposicionistas, calcadas nas expectativas de

atendimento e participação dos setores populares, construídas em oposição aos governos de sustentação militar⁸.

Segundo esse encaminhamento (quiçá apresentado a partir de um pretenso caráter informativo), talvez enfatizássemos o mesmo ponto destacado pela assistente social Grieleitow (2012, p. 35), qual seja, que aquela “unidade de serviços [estava] diretamente subordinada à chefia do Prefeito Municipal”. Portanto, associada a um padrão de atuação no qual as ações dos órgãos de assistência e promoção social estavam institucionalmente sujeitas ao crivo dos julgamentos pessoais dessas autoridades, ainda que, supostamente, negociadas com parcelas sociais mais ou menos amplas. A partir daí, talvez, incorrêssemos em uma dificuldade originária, manifesta no apego à identificação de marcos legais que reorientaram as condutas da assistência social no Brasil (fundamentalmente, a partir da constituição de 1988). Como que se nos perguntássemos a cada alteração (e elas foram várias, algumas muito expressivas) se as regulamentações e resoluções efetivamente “pegaram”; e, de uma vez por todas, se expulsamos o assistencialismo clientelista de nossas relações. Tal qual a preocupação que orientou o trabalho de Grieleitow (2012, p. 63), em que a autora terminou lamentando que, “atualmente ainda existem aspectos na política de assistência social que revelam traços conservadores, ainda baseados na percepção da ajuda e não de direitos garantidos constitucionalmente que devem ser efetivados”⁹.

⁸ Um mapa geral (ainda que seletivo) dessas propostas, destacadas em seu tom panfletário, pode ser identificado na coletânea organizada pelo Deputado Federal João Herrmann Neto, publicada em 1984. A obra, apontando “relatos” de “experiências democráticas” em cidades de mais de uma dezena de estados brasileiros contou com apresentação do então governador do Estado do Paraná, José Richa. Além desse mosaico, algo mais verticalizado pode ser observado na obra de Alves (1982), quando tratou (de forma não menos publicitária) da embrionária “experiência democrática” de Lajes-SC, levada às livrarias ainda no ano de 1980. Ver: HERRMANN NETO, João. **Democracia feita em casa**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984. ALVES, Márcio M. **A força do povo: democracia participativa em Lages**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁹ Uma consideração que certamente extrapola as posições pessoais dessa iniciante assistente social, como destacou ao apresentar considerações elaboradas por profissionais que se debatiam com as limitações de seu trabalho, ressentindo-se, principalmente, das ingerências e inobservâncias de resoluções normativas. O que ficou claro quando formulou questões sobre a estruturação do trabalho que deveriam realizar, conforme os preceitos do “trabalho em rede”, sustentado na ideia da “proteção social básica”: Profissional A – “o papel da rede de proteção básica seria mesmo evitar o rompimento dos vínculos, prevenção mesmo, que não haja violação de direitos, o que acontece é que não é dessa forma, se olha apenas quando já existe uma situação de risco, acabamos não tendo claro o papel de cada um, todos atuam com problemas já instalados”. Profissional D – “as pessoas vêm procurar [...] e se fosse articulado, direcionado, ou de quem é a atribuição de que, as coisas funcionariam de uma forma mais eficiente do que é hoje”. (Grieleitow, 2012, p. 55; 44).

A nosso juízo, definimos por seguir outro caminho. E, nesse momento, aproveitamos para retomá-lo, deslocando-nos rumo às pegadas inicialmente trilhadas nas primeiras páginas deste artigo. Recobramos nossa aproximação com as ações dos trabalhadores envolvidos nessas relações de assistência. Porém, sem nenhum compromisso fundante com as criaturas institucionais e/ou seus dispositivos legais, tanto quanto com seus criadores, tidos como fundamentais. Com isso, não negamos suas inserções e potencialidades na dinâmica social em discussão – a qual, certamente, teve sua definição marcada por essas atuações. Argumentamos, sim, é que o vigor dessas interposições caritativas seja reconhecido a partir do momento em que esteja em contato com os que julgam ter socorrido. Do nosso ponto de vista, isso sugere virar o problema de cabeça para baixo (sem, contudo, perder a ideia unitária de experiência social). Desse novo ângulo, assumimos colocar em foco os que figuram como “socorridos”, afirmando a necessidade de que tenham suas condutas recompostas – que passem a ser considerados conforme suas próprias inserções. Isso exige, portanto, que nos empenhemos em reconduzir esses trabalhadores a uma história que reconheça seus próprios interesses, tanto quanto os sentidos de seus valores e a potencialidade de suas ações.

Porém, temos ciência de que os argumentos acima exigem uma tangibilidade própria à historicidade enunciada; menos afeita a generalidades e mais imbricada à dinâmica social. Com essa preocupação em mente, podemos dar um passo à frente ao recuar no tempo, dirigindo nossa visão para momentos que precedem à fundação dessas instituições públicas, especificamente ocupadas com a assistência aos pobres. Um modo de perscrutar as saídas construídas por trabalhadores que não contavam com uma sala identificada por uma placa que indicasse que ali estava localizado o “ponto de socorro” destinado aos necessitados. Ao mantermos a cidade de Marechal Cândido Rondon como referência, podemos evidenciar registros perturbadores sobre a primeira metade da década de 1980. Uma atmosfera quase sempre preenhe das questões tratadas neste texto, tal qual narrada por meio das ondas de rádio, veiculada logo no noticiário matutino.

Nestes últimos meses em que paralisou momentaneamente as atividades normais de movimentação devido às constantes chuvas que se precipitaram, não se sabe a causa que levou muita gente à procura de emprego em diversas firmas de Marechal Rondon, mas acredita-se que o setor diarista que se sentiu “afogado”, devido à redução de trabalho, foi o motivo maior desse índice assustador da procura de emprego.

Segundo informações de algumas empresas de nossa cidade, nunca em algum tempo houve tanta procura de emprego como nesses últimos meses. O pedido por uma ocupação foi de tal forma desesperador, que algumas pessoas estavam aceitando qualquer tipo de atividade, desde que esta lhe remunerasse o suficiente para manter as despesas. Nessa época o setor braçal é o que estava sendo mais procurado, fator que anteriormente não ocorria. A crise passageira enfrentada pelo boia-fria, que trabalha sob remuneração diária, ou mesmo pedreiros e serventes, talvez fosse a causa maior desse aumento significativo de pedidos de emprego. Agora, com a normalização do tempo, talvez se amenize a situação, de vez que novamente todos entram em atividade, nas quais encontram a solução de seus compromissos assumidos (PROCURA..., 1983).

Naquele dia 21 de junho de 1983, o Jornal Frente Ampla de Notícias, produzido pela Rádio Difusora, não deixou de notar a movimentação de trabalhadores pela cidade – atuações que ganhavam destaque pelos contornos perturbadores da busca por trabalho. Nessa documentação, elaborada enquanto texto a ser lido pelos locutores que apresentavam as edições jornalísticas, ganha status de notícia a intensificação dessas solicitações por postos de trabalho. Pretensões exibidas quase que em procissões diárias, como se fossem demandas travestidas de súplicas, feitas às portas das diversas empresas estabelecidas na cidade. Nas encadernações de capa vermelha, que ocupavam duas estantes instaladas em uma das salas da emissora, improvisada como local de arquivamento e pesquisa desses materiais, identificamos, em 2011 (há quase três décadas de sua produção), as narrativas que assumiam contornos da enunciação de uma expressiva problemática social; a qual forçava, naquele momento, o que podemos admitir como um imperioso acontecimento. E não porque trabalhadores desempregados, pressionados pela falta e/ou redução de seus ganhos, manifestassem uma aberta contestação à ordem estabelecida. Não se tratava de nada disso. Esses trabalhadores, quando muito, reivindicavam trabalho; pois, na maior parte das vezes, talvez acreditassem que a estratégia mais eficiente, nessas relações, fosse tratar esse interesse a partir do gesto da teatralização da subalternidade, travestida nos pedidos por emprego.

Com esse enquadramento, delimitado por comportamentos de trabalhadores que “rogavam” por oportunidades remuneradas de trabalho, abriu-se um espaço de comunicação em que os possíveis empregadores foram posicionados como potenciais socorristas. Nesse plano de visão, esses homens de negócio, talvez muitos dos que

havia desempregado vários desses trabalhadores desamparados, (re)apareciam como virtuais beneméritos – ainda que, conforme insinuado pelo noticiário, eles também sofressem com as dificuldades climáticas, apontadas como provável “motivo” ou “causa maior” da situação aceita (pelos radialistas e editores) como “desesperadora”.

Afinal, uma vez aventada a possibilidade de que a permanência do tempo chuvoso fosse o ponto motivador do desaquecimento das atividades econômicas ligadas aos setores diaristas (localizando os que se empregavam como boias-frias, pedreiros ou serventes como os trabalhadores mais atingidos pela intempérie), os noticiários apresentaram os acontecimentos como resultados de uma “crise”, presumivelmente “passageira”. Uma leitura apaziguadora da situação e passível de ser superada assim que as chuvas cessassem – ato contínuo em que esses trabalhadores deixariam de sobrecarregar o conjunto da oferta de força de trabalho. O que, até certo ponto, permitia que fossem reconhecidas as agruras manifestadas nessas ocorrências, capazes de suscitar declarações de sensibilização, inclusive, entre os patrões. Estes, por sinal, estariam se deparando com ofertas e disposições para “serviços braçais” dificilmente encontradas no mercado de mão de obra – mesmo entre esses sujeitos familiarizados com ganhos e condições nem sempre tidos como os mais prestigiosos e rentáveis.

Contudo, não encontraríamos maiores dificuldades em atenuar a importância do fator climático atribuído como dinamizador da problemática tratada pelo periódico. Primeiro, porque são fartas as indicações de que a exasperada falta de emprego estava longe de ser uma realidade particular à Marechal Candido Rondon, ou responsabilidade das nuvens carregadas que a sobrevoavam, o que foi reconhecido no conjunto daquela mesma narrativa, quando se apontou que “o desemprego que pontifica nas grandes cidades com maior intensidade, também começou a ter seus resquícios aqui em nossa cidade”¹⁰.

¹⁰ Como sugestão, indicamos alguns trabalhos que se ocuparam em evidenciar esse estado de tensão social latente, quando não de conflito explícito, destacando Ceará, Bahia, São Paulo e Minas Gerais. Cada qual, com suas preocupações específicas, abordaram temporalidades e territorialidades particulares, tanto quanto procedimentos teóricos e metodológicos que os conectaram, distintamente, com o campo mais amplo do debate historiográfico. Ver: PEREIRA, Francisco R. G. **Os camponeses e a mobilização popular: igreja católica, saques e movimentos sociais em Itapiúna-CE (1980-1993)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. FERREIRA, Cassiana B. **Representações de intolerância na imprensa escrita: saques e quebra-quebras em São Paulo (abril de 1983)**. 2009.

Além disso, a ideia de conceder empregos como um modo de assistir trabalhadores empobrecidos está longe de ser um traço ocasional, ligado a esse ou aquele acontecimento específico – ainda que possivelmente acentuado diante de episódios climáticos adversos e outras privações eventuais. A bem da verdade, há certos requintes nessas concessões, tecidas como produto tanto de ações empreendidas por trabalhadores quanto por mobilizações manejadas nas expectativas de deferência pretendidas por patrões ou por seus prepostos. Notem como aquele mesmo programa jornalístico, ainda no final da década de 1970, apresentava uma das benevolentes ações propostas pelos “ilustres” integrantes do Serviço de Obras Sociais (SOS). Sobre a qual a emissora também tomava parte, irradiando aquela boa nova para o conjunto de seus ouvintes.

O Serviço de Obras Sociais de Mal. C. Rondon está expedindo carteirinhas aos clientes fichados na entidade, para com isso facilitar o acesso dos carentes, que estejam desempregados, aos locais de trabalho. Da mesma forma, o SOS solicita que nesses casos seja dispensada uma atenção especial aos que apresentarem carteirinhas pedindo um emprego, pois na realidade serão sempre pessoas que estão necessitadas de arrumar uma colocação para o sustento de suas famílias. As carteirinhas são fornecidas no SOS aos seus clientes fichados mediante a apresentação de um documento pessoal e uma fotografia 3x4. (SOS... 1979)

A associação, forjada entre sujeitos de setores abastados e médios (irmanados pela declarada prática da caridade), promovia ações de auxílio destinadas aos que por eles eram reconhecidos como devidamente carentes (portanto, passíveis de serem fichados e identificados como tais). Ao mesmo tempo, insinuava a visão que pretendiam compartilhar socialmente, essa ocupada em delinear os termos responsáveis pelo surgimento ou manutenção do estado de carência. Segundo essa moralidade (afeita aos sentimentos patronais), esses “clientes” (antes que pessoas necessitadas frente à desigualdade social que lhes impingia) deveriam ser notados como meros desempregados – assim seriam capazes de ter sua condição de carência revertida, caso se empregassem. Logo, com essa formulação de relação de poder, não hesitaram em

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. FERREIRA, Edemir B. **A multidão rouba a cena**: O quebra-quebra em Salvador (1981). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. MORAIS, Sérgio Paulo. **Empobrecimento e “inclusão social”**: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

socorrer os necessitados através de alistamentos, destinados ao agenciamento para empregos. Um trabalho dirigido em dois flancos: um ocupado com os trabalhadores, buscando sistematizar condutas que facilitassem “o acesso dos carentes... aos locais de trabalho”; em outro ponto e na direção inversa, envolveram-se com a sensibilização dos possíveis empregadores, tentando convencê-los a dedicarem uma “atenção especial” aos sujeitos que por eles tivessem sido habilitados. Portanto, devidamente credenciados para “pedir emprego” (SOS...,1979)¹¹.

Todo esse empenho apontava o interesse em organizar e dirigir ocorrências que lhes pareciam demasiadamente conturbadoras. Afinal, como já observamos na citação que antecedeu o comunicado postulado pelo Serviço de Obras Sociais (por sinal um fragmento indicativo da persistência dessas conturbações em momentos posteriores), as pressões de trabalhadores que se movimentavam na cidade (exibindo suas condições de penúria e busca por trabalho) exerciam uma pulsão fortemente interpeladora. Portanto, para além das pretensões de direção, sustentada pelos tais beneméritos, falamos da presença incisiva desses trabalhadores desempregados, ainda que visualizados em uma imagem disforme – pois desfocados dos traços mais expressivos de suas ações.

No entanto, é necessário esclarecer que o destaque que atribuímos à simultaneidade do exercício dessas pressões não busca diminuir o peso dos limites invariavelmente impostos às ações dos trabalhadores – aqui destacados por se verem envolvidos em relações de poder claramente mantidas em condições de desigualdade. Pois, conforme a lógica da relação firmada pelos integrantes do Serviço de Obras Sociais, caso esses “carentes” se recusassem a consentir com os postos de trabalho a eles oferecidos, estariam se comportando de modo a afirmar seu estado de carência como fruto de um temperamento indolente; com isso, autorizando (de forma aparentemente legítima) que fossem sacados da lista de “clientes” mantida pela entidade. Afinal, sempre

¹¹ Cerutti (2004), ao discutir a presença de trabalhadores em Primavera do Leste-MT, observando “táticas de sobrevivência e resistências desses trabalhadores desterritorializados” (p.VI), apresenta um repertório de reflexão que procura analisar as decisões desses sujeitos ao se associarem a práticas de trabalho em situações de extrema exploração e falta de remuneração. Para ele, grande parte dessas relações de poder se estabelecem envolvendo valoração de necessidades e recusas, ainda que em um campo de forças desigual. Nesse sentido, sua pesquisa fortalece a nossa observância da controvérsia ação de trabalhadores perante a calibragem que estabelecem ao tratarem em suas relações *combatividade/sujeição* e *deferência/pressão*.

resta a possibilidade de se alegar a máxima de que, “quem realmente precisa, quer trabalhar”. Uma conduta que parece embutir nessas concessões uma espécie de compromisso tácito.

Nesse ponto, torna-se claro que a condescendência classista tem seu preço. Ela cobra, sem muitas cerimônias, uma deferência abertamente anunciada. O que, por certo, exige, de nossa parte, uma incontestante atenção, dirigida ao fato de não tomarmos as pretensões como efetivas realizações – perscrutando contornos bem mais complexos do que os planejados por seus idealizadores. Um modo de nos esquivarmos de associações mecânicas, que podem soar excessivamente automáticas. Diante dessa preocupação, podemos ampliar o horizonte de visão sobre as ações desses trabalhadores ao estendermos nossos olhares para a relação abertamente estabelecida entre as atividades radiofônicas e os dirigentes públicos, sendo que, em uma de suas tantas atividades anunciadas pela imprensa (remunerada pelo serviço de produção e divulgação de notícias), eis que surge uma dessas inesperadas disjunções entre dirigentes governamentais e os trabalhadores “socorridos” por suas ações assistenciais; em que consentimento e falta de compromisso emergem de uma mesma circunstância.

Para gestantes, nutrizes, crianças de 6 a 11 meses e de 1 até 6 anos, o posto de saúde local está distribuindo gratuitamente alimentos, uma vez que as pessoas carentes de recursos fizeram suas inscrições. O anúncio foi feito dia 8 passado [...] As informações procedentes do posto de saúde dizem que os alimentos serão distribuídos sempre na última semana de cada mês. Leite, fubá, açúcar e fécula de milho serão os alimentos distribuídos, entre outros, garantindo saúde principalmente aos filhos das famílias mais carentes. (POSTO..., 1976)

As senhoras mães, pessoas de poucos recursos, tiveram tempo de se inscrever no posto de saúde para o recebimento de alimentos, no entanto, muitas não compareceram este mês para retirar os gêneros alimentícios à [sic] que têm direito, o que somente poderão fazer até o dia 29. Se por acaso as mães que se acham inscritas não comparecerem, as inscrições serão tornadas nulas, perdendo, portanto, toda a assistência alimentícia, abrindo vagas para outras mães de família realmente necessitadas de assistência alimentícia. (MÃES..., 1976)

Os fragmentos apontados acima, ambos extraídos da narrativa radiofônica, estão separados no tempo por menos de três meses. Aqui, em meados da década de 1970, a imediata adesão às inscrições por parte de “famílias carentes”, interessadas na

distribuição de alimentos (tal como indicada no primeiro trecho da citação), na terceira retirada dos mantimentos é surpreendida com a significativa ausência das “senhoras mães” que teriam se ocupado com as inscrições, conforme registrado no segundo anúncio. Apesar da deserção não ter contado com uma mensuração mais precisa, depreende-se que ela foi suficiente para provocar o segundo comunicado, por sinal nada complacente, tendo em vista seu tom claramente punitivo. Apesar de apelativo, dificilmente tenha provocado grandes comoções, afinal ameaçou cancelar o que já tinha sido interrompido pelos próprios “necessitados”. Entretanto, esses registros, coerentes com as articulações que os constituíram, novamente nos conduzem a um ponto cego, qual seja, o campo nebuloso das motivações de sujeitos que após terem se dirigido ao posto de saúde para ter acesso a leite, fubá e açúcar, entre outros produtos, decidiram, eles mesmos, colocarem fim a essas conquistas, a despeito das admoestações dos dirigentes municipais. Poderíamos sugerir que a propalada falta de qualidade desses produtos seria (em si) um aspecto capaz de incitar reações dessa natureza, sem falar da exposição (quase nunca prestigiosa) a que se submetiam quando assumiam seus lugares nessas filas de assistência. Porém, confessamos que, de nossa parte, os sentidos que informam essas condutas continuam suscitando maiores investigações. Parece-nos instigante notar como insubordinações dessa ordem emergem de uma ação comumente definida por seu caráter de dependência.

Essa ambiguidade aponta para imprevisibilidades nem sempre atribuídas às ações de trabalhadores, principalmente, quando nos referimos a sujeitos que enfrentam essas faixas mais agudas da desigualdade social – invariavelmente tidos como assujeitados e/ou acomodados aos termos determinantes da dominação capitalista. Isso para mantermos certos níveis do decoro acadêmico. Pois, talvez, tivéssemos que reconhecer que dificilmente esses sujeitos são considerados atores ativos dessas relações. Quando muito, são notados, assim como o foram pelos dirigentes governamentais, por sua negligência e/ou inércia – desqualificações associadas à composição da própria imagem de inaptidão, afeita ao senso tutelar das mais variadas pretensões elitistas. Quando nos referimos a essa imagem sobranceira, facilmente identificada nas posições patronais e/ou direções governamentais (tais como laconicamente expostas neste artigo), temos claro que não

deveríamos nos furtar de confrontá-la ao exame de nossas próprias condutas. Ademais, desconsiderar o fato de que também somos observados e avaliados por trabalhadores que julgamos socorrer ou apoiar, seja em nossas próprias ações, seja em ações com as quais podemos nos identificar (valorizando comportamentos que entendemos como mais apropriados e honrosos), pode não passar de um recurso para silenciar nossas próprias omissões e disjunções.

Ao tentar penetrar a historicidade desses silêncios, voltemos nossos olhares para o passado, mas assumindo o desafio de acionar e colocar em revista os valores aceitos por sujeitos com os quais conectamos nossas próprias concepções. Desse modo, essa vinculação de propósitos não se faz a partir de uma ligação mimética, desprovida de filtros e apropriações. Renovar e afirmar esses valores em nosso tempo, conferindo-lhes um sentido no presente, não pode ser o mesmo que negligenciar as possibilidades atuais de produção do conhecimento histórico – a nosso ver, um recurso valioso quando se supõe a pertinência de um terreno tomado por repertórios distintos e valores alternativos. Pois, quando escavamos e revolvemos esse solo, também fertilizado com as inquietudes dos que se declararam abertamente contrários ao universo de desigualdades que envolviam os sujeitos até aqui evidenciados, encontramos no mesmo espaço e tempo, ainda que possivelmente entreolhados com desconfiança, trabalhadores com distintos recursos e variadas posições. Diante de suas possíveis aproximações, fomentadas por certas identificações de classe, também emergem os “socorristas” e os “socorridos”, que apesar de partirem de uma condição comum (compartilhada na imposição de viverem dos ganhos de seu trabalho), tomaram caminhos e considerações distintas.

Esses encontros acendem fagulhas que suscitam a utopia de uma classe trabalhadora unida e solidária, mas, também, expõem aspirações hierárquicas e fortes distanciamentos. Um saldo final nem sempre valorizado por um integrante pragmático, mas, ainda assim, exasperadamente ansiado pelos que supõem certo rito a ser percorrido pelas lutas sociais empreendidas por trabalhadores. O que pode ser notado na divulgação das ações propostas por alguns dos solidários trabalhadores que compunham os setores médios da cidade de Cascavel-PR. Naquela conturbada primeira metade da década de

1980, também eles, gozando do prestígio social que usufruíam, conseguiram uma importante inserção na programação jornalística da Rádio Difusora. Em julho de 1984, anunciavam a instituição de um Comitê para apoiar os trabalhadores sem-terra, esses reunidos em instalações provisórias em diferentes áreas da porção Oeste do Paraná. Trabalhadores que, naquele momento, pressionavam por seu assentamento em parcelas de terra; as quais, por sua vez, deveriam ser concedidas pela atuação do Estado.

Reunidos esta semana em Cascavel, um grupo de artistas, universitários, professores, jornalistas, profissionais liberais e grupos cristãos de jovens criou o comitê cascavelense de apoio aos sem terra, um movimento espontâneo, sem coloração partidária, destinado a auxiliar os agricultores acampados em diversos pontos da região, que buscam um pedaço de chão para plantar. O objetivo imediato do comitê é a promoção de shows artísticos, peças teatrais e pedágios para arrecadação de fundos que possam subsidiar a doação de alimentos e medicamentos às 94 famílias de Medianeira, três de Cascavel e 80 de São Miguel do Iguaçu, estas prestes a serem despejadas pelo INCRA. O primeiro show beneficente será realizado em Cascavel, em princípios do mês de agosto, mas os componentes do comitê querem antes promover um pedágio de arrecadação de fundos para saciar a fome dos sem-terra, cuja situação é desesperadora. Dependendo do apoio da sociedade cascavelense ao show de agosto, o movimento cultural poderá ser estendido aos demais municípios da região oeste que queiram engajar-se na luta em prol dos sem-terra. O comitê não quer apenas praticar assistência e sim possibilitar a conscientização da população regional, como forma de estimular a adoção de medidas de base que resolvam o problema. Praticamente todos os grupos musicais de Cascavel, ao lado de vários grupos teatrais, já estão comprometidos com o movimento e a realização de shows. O Grupo de Teatro Universitário promete levar onde for preciso a peça A Hora da Boia, que tem muito a ver com a realidade do agricultor sem terra. Os grupos musicais só esperam o término dos festivais de Cascavel e Toledo para integrarem-se definitivamente ao movimento, e os demais componentes do comitê já estão trabalhando para dar apoio logístico ao evento. (CASCABEL..., 1984)

Esses socorristas, conectados pelo entendimento de que as ações de transformação social, consideradas efetivamente expressivas, implicavam na adoção das apregoadas medidas estruturais, também elegiam seus socorridos a partir de algumas premissas. Uma dessas características de seletividade, talvez a mais aclamada, era a predileção por trabalhadores associados em coletivos, identificados por certa noção de organização e, fundamentalmente, por manifestarem aberta e publicamente

contestações e reivindicações compatíveis com a ideia mais geral de transformação social que defendiam enquanto apoiadores – ainda que nessa faixa geral convivessem concepções por vezes conflitivas. Assim, segundo muitos dos aspectos que dizem respeito a essas ponderações, dificilmente os trabalhadores evidenciados nas fontes anteriormente citadas teriam suas experiências tidas como passíveis de apoio por parte desses simpatizantes – pelo menos, segundo aqueles enquadramentos e condutas registradas nas documentações. Por sinal, em que pese nossas observações, aqueles eram comportamentos quase sempre tomados pelo que seria seu caráter individualizado e/ou contemporizador.

Para registrarmos a devida contundência, enunciada por esses socorristas quando se referiam a essas circunstâncias, devemos deixar claro que esses termos não gozavam de muito prestígio. O que pode ser depreendido da advertência formulada no próprio comunicado, quando, ao reconhecer a “situação desesperadora” de trabalhadores sem-terra (que estariam passando fome), argumenta que os fundos arrecadados em suas várias ações (solicitados e empregados ao proveito daqueles sujeitos) não seriam apenas uma prática de assistência; antes, seriam atividades destinadas à “conscientização da população regional”, no sentido de apoiarem as “medidas de base” que supunham “resolver o problema”. Assim, esses artistas, professores, jornalistas, jovens universitários, profissionais liberais e, talvez, outros tantos trabalhadores não nomeados, declaravam auxílio aos que “buscam um pedaço de chão para plantar”. Uma cooperação que, como já indicado, envolvia promoções de shows, peças teatrais e pedágios que deveriam arrecadar e ceder alimentos, além de medicamentos. Isso para contemplar três acampamentos situados na região Oeste do Paraná, localizados em Medianeira, Cascavel e São Miguel do Iguaçu, onde atenderiam um número estimado de aproximadamente 200 famílias.

No que diz respeito aos acampados em Medianeira, ou a sujeitos que possam ser associados aos termos do registro formulado no anúncio produzido pelo Comitê, cumpre destacar que os manifestantes, que passavam por “situação desesperadora”, não se encontravam nessa condição por inércia – tal como regozijavam esses e outros partidários de suas lutas. Estavam ali por conceberem (ou apesar de conceberem) a

contestação e a confrontação como um caminho legítimo e proveitoso ao considerarmos suas expectativas por uma vida melhor¹².

Por certo, um caminho tortuoso e sem muitas garantias – tal como a condição vivida naquele momento deixava claro. Quando insistimos na tortuosidade desse caminho, não falamos apenas das incertezas e dos pedregulhos que precisavam confrontar, mas, também, das curvas que forjavam e sobre as quais pretendiam se mover. Longe do caminho reto e das idealizações insufladas, em favor de posicionamentos progressivamente conflitivos e antagonistas, os quais supunham claras distinções entre *pedir* e *reivindicar* ou *solicitar* e *reclamar* (além da já mencionada distinção entre ações *individualizadas/isoladas* e aquelas *coletivas/organizadas*), aqueles sujeitos pareciam lidar com uma dinâmica bem mais complexa. Afinal, não nos atreveríamos a atestar que estivessem menos congratulados com a “assistência” oferecida do que com as iniciativas de “conscientização” propostas por esses e outros socorristas¹³.

Com isso, não estamos argumentando sobre a inversão de preponderância e/ou exclusividade de uma ação sobre outra. Pelo contrário, estamos justamente indicando que, talvez, muitos daqueles trabalhadores não fossem tão rigorosos quanto os socorristas cascavelences – quando estes supunham a hierarquização das iniciativas

¹² Sobre essas considerações, muitas vezes informadas pelo determinismo da aberta combatividade (definido por aquele que seria o único caminho possível), podemos destacar o encaminhamento reflexivo assumido por Falchi (2007); a historiadora, investigando trabalhadores sem-terra que se colocaram “na luta por um pedaço de chão” em acampamentos erguidos no Mato Grosso do Sul, formulou o axioma usualmente acionado para assinalar o que seria o caráter imanente e compulsório da aberta confrontação de classe – expressa na adesão que esses trabalhadores conferiam aos movimentos de luta pela terra. Segundo ela, “Diante das experiências de vida e de trabalho narradas por esses sujeitos [entrevistados pela autora], é possível compreender o porquê de estarem vivendo à margem das estradas, sob um vulnerável barraco de lona, a espera de um lote de terras. Essa espera, muitas vezes, marca a última esperança, a única saída possível, mesmo que tão incerta” (FALCHI, 2007, p. 105).

¹³ Ainda sobre aspectos deterministas usualmente atribuídos a esse espectro de confrontação, destacam-se concatenações e classificações tidas em uma ascendência claramente progressiva. Em seu tom recorrente, estrutura-se uma genealogia ancorada em certo esquema visual, que aparece como enunciação geral apropriada a ser empregada em circunstâncias as mais distintas, tal como foi elaborada por Pessoa (1997), ao tratar do que definiu como “a revanche camponesa”, que teria sido levada a cabo por trabalhadores sem-terra no estado de Goiás. Conforme seu enquadramento, alegou, “com indiscutível obviedade”, “que foi naquela década [1980] que emergiu o fenômeno das ocupações de fazendas no Estado, numa espécie de evolução que passou da pura resistência isolada/solitária em posses antigas à ocupação devidamente planejada de áreas previamente escolhidas e sob a orientação de mediadores como sindicatos, CPT, Diocese de Goiás e MST [...] Acossados, os trabalhadores rurais não tinham outro caminho além da luta organizada pela conquista da posse da terra” (PESSOA, 1997, p. 12-13).

oferecidas como apoio. Algo que Moraes Junior (2011) expôs ao apresentar o universo de relações engendradas por sujeitos que constituíam o acampamento montado na praça central de Medianeira-PR. Ele abordou a formação do movimento dos agricultores sem-terra no Oeste do Paraná. Apesar de atento ao que lhe soaria como um inconveniente entrechoque, provocado pela presença simultânea das ideias de *assistência* e *luta* vividas por esses trabalhadores, o autor não se furtou a evidenciar as narrativas de Dona Nelci e seu esposo Arno. Ambos, em entrevistas concedidas ao pesquisador universitário, formularam os sentidos que atribuíram às ações que os conduziram e os mantiveram, entre junho de 1982 e maio de 1984, no entorno da igreja matriz de Medianeira. Fato decorrido do despejo de que foram alvo – após, juntamente com outros trabalhadores, serem expulsos de uma área de terra que haviam ocupado (MORAES JUNIOR, 2011).

Ao evidenciar a relação desses trabalhadores com religiosos católicos e luteranos, Moraes Junior (2011) se viu, portanto, na situação de sugerir um sentido para esses auxílios. Algo que não ofuscasse a impetuosidade militante dos sem-terra (que tanto o estimulou na produção do seu trabalho) e, ainda assim, não negligenciasse a atuação colaborativa dos religiosos e/ou apagasse a relação que mantiveram com o patronato e os dirigentes públicos locais. Os contornos mais gerais desses encontros, tanto quanto de suas intrincadas imagens de convivência, podem ser observados em dois fragmentos que julgamos bastante representativos dessas relações. E, apesar de ligeiramente extensos, tomamos a liberdade de citá-los abaixo.

Segundo ela [Dona Nelci], os coordenadores do MASTRO [...] sabiam da desapropriação e na passagem do caminhão [que foi utilizado pelas autoridades para realizar o despejo] jogaram um bilhete enrolado numa pedra ou parafuso, dizendo para que fossem para a Igreja de Medianeira. O motorista do caminhão parou e daí pediu, numa altura da estrada, ‘onde é que vocês vão?’, daí eu disse [...] “leva nós atrás da igreja matriz de Medianeira”. Daí eu disse, “porque lá é a casa de Deus e Deus nunca expulsou ninguém do terreiro dele”.

Esse evento de acolhida que a igreja fez aos sem terra ficou marcado em suas vidas para sempre. Por isso, as pessoas, para além do aspecto religioso e espiritual, passaram a ver a igreja a partir dessa ajuda material, que se desenvolveu por um longo tempo, pois o acampamento na igreja dura mais de um ano. Não apenas o tempo e a contribuição econômica precisa ser analisada, pois ao gozar de prestígio social e governamental, a igreja estendeu essa proteção aos agricultores que, apesar da

instabilidade financeira, econômica e de sobrevivência, viram uma proteção nessa ação. (MORAES JUNIOR, 2011, p. 103-104)

[A] experiência de trabalho Seu Arno usa para distanciar o movimento de influências de partidos políticos:

Na época eles queriam distância. Eles não aceitavam. Nós ganhava ajuda pela prefeitura, mas pra nós manter no acampamento nós trabalhava fora. Uma equipe ficava no acampamento outra equipe quebrava milho na região de Medianeira, Matelândia, São Miguel do Iguaçu. Eles vinham buscar nós de ônibus na época. Aí nós quebrava milho e fazia colheita. O dinheiro mesmo era pra comprar alimentos. Um pessoal ficava no acampamento pra cuidar e outro trabalhava fora. No acampamento nós não ganhava ajuda do governo. Comida nós não ganhava. (MORAES JUNIOR, 2011, p. 108)

A nosso ver, a composição destacada acima, proposta no trabalho de Moraes Junior (2011), expressa elementos de uma problemática que suscita questões suficientes para que a re coloquemos em outros termos. Chamamos a atenção para o modo como o autor também expressa seu compromisso para com aqueles trabalhadores. De sua posição, a partir de determinados supostos, constrói sua aproximação por meio da prática acadêmica; portanto, por sua atuação profissional. Uma conduta claramente delineada por meio das potencialidades e limitações implicadas nos sentidos políticos próprios ao *métier* da produção e discussão do conhecimento histórico. Desse modo, examinemos, de forma mais detida, os termos do envolvimento proposto por Moraes Junior no mesmo instante em que explicitamos as demarcações de nossa própria prática historiográfica e suas implicações políticas. Portanto, dediquemos certa atenção aos modos como (enquanto historiadores, trabalhadores acadêmicos) vislumbramos uns aos outros, no exercício mais amplo de nosso debate disciplinar; o que, ao fazê-lo, expomos o modo como identificamos e compreendemos a historicidade das ações de sujeitos com os quais declaramos hipotecar solidariedade. Particularmente, no que diz respeito a algo caro no interior de nossa controvertida tradição marxista, referimo-nos à propalada identificação e/ou solidariedade classista.

Como ponto de partida, gostaríamos de rearticular as relações construídas pelos trabalhadores sem-terra acampados na praça central de Medianeira. Apesar de indicadas em seu conjunto, foram cindidas no enredo construído por Moraes Junior (2011). Em seu diálogo com Dona Nelci, tal como indicado no primeiro fragmento da citação apontada acima, o autor apresenta uma narrativa que sugere, de sua parte, determinada aprovação

ao envolvimento dos sem-terra com setores tidos como progressistas no interior das confissões católica e luterana. No entanto, essa espécie de consentimento moral não tem correspondência com os interlocutores destacados pelo Sr. Arno, que, no trecho que compõe o segundo fragmento, indica um leque mais amplo de convivência, extrapolando o relacionamento com os clérigos e com os trabalhadores socorristas. Ele acaba apontando, também, para o contato com dirigentes municipais e setores patronais.

Ao considerarmos o ponto de vista assumido por Moraes Junior, o qual admitimos como razoável, esse encaminhamento pode soar, presumivelmente, coerente – quase inquestionável. Todavia, essa coerência (que quase sempre se manifesta como autoconfirmação de nossos valores) parece tê-lo autorizado a operar contorcionismos argumentativos bem mais próximos das posições assumidas pelos trabalhadores socorristas; desviando-se da preferível sondagem dos contrastes e sentidos que aqueles trabalhadores sem-terra atribuíam às suas próprias ações, nem sempre constrangidas em se ancorarem a sujeitos, invariavelmente, apresentados por nós como seus incontestes antagonistas.

Agora, alcançadas essas abreviadas matizações, podemos fazer a pergunta que nos parece central – ainda que as respostas nos sejam, eventualmente, constrangedoras. Aqueles e tantos outros trabalhadores (que usualmente se veem em circunstâncias análogas), de fato imputam grandes distinções entre os trabalhadores socorristas (incluindo os clérigos) e aqueles que ocasionalmente os empregam ou dirigem as várias esferas de governo? Para os trabalhadores, esses socorristas patronais (apesar de nossas severas objeções quanto à dissimulação e/ou condescendência praticada pela ala dominante) são notados a partir de valorações que destoam de nossas próprias ações junto a eles? E não nos entendam mal, não estamos propondo a maldita régua da mensuração da consciência de classe como revelação da imagem supervalorizada que fazemos de nossa própria consciência. Antes, estamos indagando a consciência que temos de nós mesmos. Até que ponto ela esteve e continua presa em nossas autopretensões? Estamos, em algum momento, confrontando-a com as pretensões de trabalhadores como Dona Nelci e o Sr. Arno, entre tantos outros?

Quando Dona Nelci apela à ideia de que o entorno da igreja deveria ser tomado como terreiro da casa de Deus, afirmando desconhecer que algum dia ele tenha expulsado quem quer que fosse de sua casa, sua argumentação até pode, em alguma medida, ter nutrido certa estima para com a “acolhida” dos clérigos responsáveis pela igreja, tal como inferiu o pesquisador que a entrevistou – chegando a conjecturar que esse acontecimento “ficou marcado em suas vidas para sempre”. Porém, o que parece ficar claro é que ela esperava (diríamos, cobrava) era que os homens, declaradamente tementes a Deus, não desabonassem o entendimento que ela decidiu exprimir como a própria manifestação da vontade divina.

A nosso ver, atuações dessa ordem, tanto não devem ser caladas por forças dominantes, quanto não podem ficar silenciadas sob a outorga das ações dos que se julgam seus legítimos protetores. A produção de memórias com essas omissões, ainda que alardeadas com o lustroso verniz da luta pela igualdade social, serve muito mais a uma possível deferência pretendida por seus apregoadores do que propriamente para uma discussão histórica comprometida com as ações e os valores dos diferentes e desiguais trabalhadores. Tampouco essa postura suscita um franco debate sobre a historicidade das relações mantidas entre esses sujeitos, ainda que ela pudesse nos municiar sobre muitos dos termos de suas identificações e de seus distanciamentos.

Essa narrativa, centrada no valor e astúcia dos protetores, mesmo quando honrosamente alimentada pela moralidade da justiça social não deixa de ser, também, a materialidade da desigualdade manifestada pelos sujeitos que buscam mutuamente essas aproximações. Afinal, elas são relações de poder que, como notou o próprio Moraes Junior (2011), encadeiam, por parte dos trabalhadores em dificuldade, o acesso à proteção a partir dos que, em determinados aspectos e sob certas circunstâncias, alcançam o que lhes é usualmente vedado, tais como “prestígio social e governamental”: desvelados nas intermediações com meios de comunicação, ligações com diferentes beneméritos e contatos com empregadores e governantes. Enfim, ponderam sobre tudo o que puderem conquistar desses encontros entre desiguais.

De outro modo, teríamos muita dificuldade em entender a afirmação do Sr. Arno, quando, em diálogo com o pesquisador acadêmico, argumentou que o trabalho que ele e

os demais acampados se dispunham a realizar, empregando-se nas eventuais diárias trabalhadas nas terras e lavouras de proprietários rurais da região, era um recurso acionado para manterem o mutirão dos que cultivavam o sonho da conquista do pedaço de chão (que tanto buscavam). Por outro lado, em que pese o fato de considerarem todas as aproximações possíveis, inclusive as aparentemente contraditórias, afirmava que essas atividades eram um modo de lidar com a falta ou insuficiência da assistência dos dirigentes governamentais e outros apoiadores – pois, como bem notou seu interlocutor, conviviam com a constante “instabilidade financeira, econômica e de sobrevivência”.

Portanto, da imagem emoldurada pela combatividade dos trabalhadores, emergem visões delineadas pelos traços característicos do que em outros episódios muitos definiriam como a mais pura ideia de sujeição. Assim, nas ambiguidades vividas pelos contestadores dependentes, amalgamavam-se os esforços pela autonomia possível e as eventuais deferências – entre essas últimas, quiçá a mais amarga, defrontavam-se com um de seus açóites mais simbólicos, quando se viam impelidos a considerar a retomada da já declaradamente recusada peregrinação como boia-fria. Isso para não nos atermos aos enlaces com entidades sindicais, abertamente promotoras das lutas de sujeitos como os trabalhadores sem-terra. Pois, mesmo entre esses interlocutores, podemos notar o sentimento de tutela que emerge de certas relações, identificado até mesmo nas circunstâncias em que se irmanam no que invariavelmente reconhecemos como admirável espírito de companheirismo, algo que um trabalhador rural, entrevistado por Christ (2010), deixa transparecer ao tratar da relação que mantiveram com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu-PR. Uma pauta proposta pela historiadora empenhada em investigar memórias a respeito da formação daquela entidade.

No momento do diálogo, no final da primeira década do século XXI, o então assentado, ocupante de área rural desapropriada nessa mesma cidade (conquistada no conjunto daqueles embates fustigados e apoiados pelos trabalhadores urbanos de Cascavel e os clérigos de Medianeira), reportou à pesquisadora o modo como viu a relação que mantiveram com aquele sindicato.

Tinha o sindicato, os padres, tinha muita gente nisso: boia-fria, bastante boia-fria. [...] Não precisava ser sócio do sindicato pra isso aí, bastava você tá lá no acampamento, fazendo parte junto com o pessoal. [...] O sindicato só deu uma mão pra nós. Que nem aquela vez era o Miguelzinho. Conhece o Miguelzinho? Aquele lá era o nosso patrão da Querência. Ele era muito forte na luta. [...] Naquela época o sindicato ajudou muito. (OTOMAR, 2010 apud CHRIST, 2010, p. 75)

Christ, ao centrar suas indagações nas ações desenvolvidas em torno da atividade sindical, convidou seu entrevistado, o Sr. Otomar, a falar sobre sua ligação com essa entidade. O que foi aceito, inclusive, reconhecendo a “mão” que ele, juntamente com os demais acampados, recebeu da instituição – além de acenar para certo sentimento de comunhão suscitado a partir desse envolvimento. Porém, situou o sindicato entre “muita gente” que colaborou na construção das expectativas que nutriam, não deixando de mencionar a definição hierárquica delineada na distinção entre os que se envolveram na relação que cultivaram. Afinal, o diretor sindical “era muito forte na luta” e “ajudou muito”, mas, ao mesmo tempo (em que pese os favorecimentos alcançados), essa aproximação permitia que visse no dirigente o temperamento e a protuberância de alguém que notou não como igual, e sim como “nosso patrão”. Inclusive, sujeito a ter seu nome eleito para denominar institucionalmente o assentamento, agraciando-o perante seu devido destaque e determinado prestígio – ato, quase sempre, desferido como modo de corresponder e alimentar o sentimento de superioridade do homenageado.

A autora, em sua concepção geral das relações estabelecidas com e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, propôs uma visão interpretativa que nos parece bastante sugestiva. De forma mais evidente, chama-nos a atenção o fato de considerar a primeira década de sua vigência, correspondente aos anos de 1970, para além dos marcos explicativos mais recorrentes; entre outras questões, perscruta, em sua investigação, a relação da entidade com a associação das políticas militares (principalmente no que diz respeito àquelas ações decorrentes da adesão aos convênios previdenciários). Porém, ao fazer isso, privilegia as memórias dos trabalhadores que operaram essas políticas – fossem eles os dirigentes sindicais ou os que a elas se submetiam. Ao aproximar-se dessa relação, afastou-se daquelas explicações sintéticas e generalistas que se contentam em alegar o caráter assistencialista daquela dinâmica de

poder, como se, a partir daí, nada mais precisasse ser avaliado – podendo relegar a problemática a um mero franzido de testa. Segundo notou,

A estrutura sindical que favoreceu ao assistencialismo, não esgotou todas as experiências e práticas dos trabalhadores. Toda relação entre classes é de mão-dupla. Não é o caso de negar a existência do assistencialismo, mas de destacar e discutir as contradições e tensões vividas pelos trabalhadores e outros personagens com referência à construção do sindicato. (CHRIST, 2010, p. 60)

Contudo, a força desse procedimento metodológico, próprio da vitalidade manifesta na dialética do materialismo histórico, parece ter se esvaído quando a autora deixou de referir-se ao “período assistencialista”. Ao supor um momento subsequente, caracterizado pela “aberta combatividade” (tendo em vista a maior proximidade dessas práticas sindicais e de seus dirigentes para com os interesses dos trabalhadores que a eles se socorriam), sua interpretação parece ter se esquivado da complexidade anteriormente sugerida, parecendo contentar-se com a afirmação desse novo tempo, emergido a partir da década de 1980, quando passou a alegar que,

Se antes os sem-terra faziam pressão, após Miguel... assumir a presidência do STR, a reivindicação pela reforma agrária continuou. Os sem-terra do município – boias-frias, arrendatários, parceiros, assalariados/empregados, meeiros, pequenos proprietários, desempregados, pescadores, doméstica, agregado, aposentado, vendedor, servente – passam [...] a reivindicar que o sindicato apoiasse os acampamentos e ocupações na busca da conquista da terra. (CHRIST, 2010, p. 79)

De nosso ponto de vista, essa simbiose guarda suas próprias disjunções, comuns aos ajustes mantidos entre desiguais – passíveis de evidenciações que aguardam a tenacidade das devidas indagações. Ademais, não acreditamos que seja proveitoso simplesmente ignorar a açuladora narrativa formulada pelo Sr. Orestes, também entrevistado por Christ (2010), quando respondeu sobre os motivos que o fizeram se filiar ao sindicato (já no momento apontado como posterior ao “período” predominantemente “assistencialista”). Segundo ele,

Quando eu cheguei do norte do Paraná, em pouco tempo eu já me liguei, já entrei de sócio no sindicato... Porque eu achei que era conveniente, que era bom. Se eu tenho uma coisa que eu preciso, de necessidade, eu

vô nos pés dele lá [referindo-se ao presidente do sindicato] [...] Ajuda... com uma informação, uma coisa que era preciso eles ajeita, eles ajeitava pra mim... (ORESTES, 2010 apud CHRIST, 2010, p. 88)

Em nosso entendimento, ainda que de forma vantajosa, quem se vê aos “pés” de outro, buscando a conveniência das influências de quem pode ajeitar necessidades que eles estão fora do alcance, talvez esteja dizendo algo de significativo sobre os termos dos compromissos ali celebrados – exigindo, de nossa parte, que demonstremos disposição a identificarmos o que nem sempre parece prestigioso. Assim, a visualização desses diferentes campos de atuação, empreendidos por trabalhadores, aponta que, ao lidarem com suas dificuldades, não se esquivam de condutas que ora estamos prontos a recomendar ora a desabonar. Isso cumpre a função de evidenciar a historicidade de comportamentos que forçam a visibilidade de um universo de atuação bastante ampliado, no qual esses sujeitos, mais do que os variados direcionamentos e as pulsões impressas nesses comportamentos, também indicam as imagens que constituem sobre os interlocutores e os processos com os quais se envolvem.

Ao assumirmos esse espaço de reflexão, desconfiemos que noções como *pedir* e *reivindicar*, tanto quanto *solicitar* e *reclamar*, estão invariavelmente ligadas a ações que são bem mais usuais do que muitos de nós estamos dispostos a assumir. Uma dinâmica de combinações e associações dificilmente erigida em tipologias unilaterais, pois aparece urdida nas condutas desses sujeitos (as quais, para esses fins, são dificilmente classificáveis).

Uma argumentação que gostaríamos de enfatizar, dando seu devido destaque – ainda que de forma exígua. Algo com as feições de um epílogo, pois precisamos terminar este artigo (que já se vê avançado nos números de página). Contudo, ao invés de apresentarmos um resumo genealógico de tudo que já foi dito (cansando-o, caro leitor, desnecessariamente), pretendemos tratar, de forma prospectiva, as relações de poder aqui destacadas, manifestas na desconfortável sintonia entre *combatividade* e *sujeição*, ou *deferência* e *pressão*. Com isso, indicarmos uma mensagem final – a qual esperamos deixar aberta ao debate, algo que pode ser abordado a partir de uma solicitação judicial,

no caso a solicitação demandada pela Sra. Lúcia, residente em São Pedro, então distrito de Toledo.

Já no final do ano de 1980, a trabalhadora fez uso de suas possibilidades legais para contar com o direito de usufruir da Justiça Gratuita, a qual estava sujeita a ser deferida (ou não) pelo juiz responsável pela Vara Cível, sediada naquela Comarca. Ao declarar-se oficialmente casada, a Sra. Lúcia pretendia propor uma Ação de Justificação Judicial de Abandono, na qual alegava não mais viver em companhia do marido, situação que poderia facilitar a conquista da aposentadoria que passaria a pleitear junto ao Funrural (PARANÁ, 1980).

Um processo judicial que identificamos entre as pilhas de documentos que compõem o acervo do Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná¹⁴. Reconhecemos que esse material, selecionado entre milhares, talvez tenha sido retirado do descanso empoeirado em que se encontrava, de modo (até certo ponto) eventual, pois muitos outros permitiriam uma evidência plausível com a argumentação aqui apresentada. Porém, isso não é o mesmo que assumirmos que sua escolha tenha sido aleatória, uma vez que os registros da relação que ele expõe o tornam bastante expressivo para a discussão empreendida neste artigo. Afinal, o emaranhado de iniciativas e encadeamentos legais, acionado como reivindicações de direitos (presumíveis a partir de códigos vigentes na legislação brasileira), demandava, no entanto, que só fossem erigidas a partir da prévia confirmação da condição de pobreza de sua impetrante – medida cercada por cautelas, como o devido registro e apresentação de seu Atestado de Pobreza, emitido por autoridade policial (PARANÁ, 1980, fl. 04).

Assim, foram cumpridas todas essas incursões do protocolo legal, provavelmente conduzidas pela ação do advogado, que (talvez, não por acaso) sugeriu seus serviços como patrono da trabalhadora (demandando ser nomeado seu devido representante legal, e, portanto, habilitando-se à remuneração auferida segundo os preceitos da Justiça

¹⁴ Essa documentação, classificada como integrante de um acervo de Processos Cíveis (tendo em vista sua constituição jurídica nessa vara especializada), encontra-se, por ora, em processo de higienização e organização catalográfica. Trabalho que é levado a cabo por professores e alunos do curso de Ciências Sociais (UNIOESTE/Toledo-PR), gestor responsável pelo Núcleo de Documentação.

Gratuita). Porém, restava argumentar sobre a caracterização da pobreza que atingia a Sra. Lúcia. Então, vejamos como *solicitação* e *reivindicação* se complementaram e se debateram na mesma ação, mobilizadas com a intenção de alcançarem o mesmo objetivo, qual seja, a expectativa da aposentadoria vislumbrada pela trabalhadora.

Em verdade, para dispensar o pagamento das despesas judiciais a lei só exige que o interessado nessa isenção [não] possa pagá-la sem prejuízo do seu sustento; não exige, em absoluto, que seja indigente. Vale isto dizer que mesmo estando o interessado na obtenção desse favor legal empregado e ganhando salário razoável, poderá obtê-lo se do dito salário nada puder retirar para esse fim.

É esta a situação da suplicante, que, embora trabalhando de boia-fria, recebendo quantia que apenas dá para o sustento de sua família, deles nada pode tirar para custear as despesas judiciais já referidas.

A aposentadoria que pretende do referido Funrural, ocorre do fato de estar impossibilitada para o trabalho agrícola, tendo em vista, encontrar-se doente, como provará oportuno tempore. (PARANÁ, 1980, fl. 02).

A trabalhadora, apesar de apresentar-se em juízo a partir da “situação de suplicante”, não se viu suficientemente coagida a omitir o fato de que se encontrava devidamente empregada, omissão que poderia enfatizar a premência de sua necessidade. Pelo contrário, admitiu auferir “salário razoável”. Portanto, depreende-se que, na associação com o advogado, julgou-se amparada nas prerrogativas da lei, chegando a flertar com a recusa do usual artifício sensibilizador, aquele recurso firmado na autoflagelação. Segundo certos aspectos desse registro, sua imagem aparece desenhada com as silhuetas dos que tomam para si o direito de manusear benefícios do estatuto legal – aqui, arvorado na presunção de definir a distinção entre pobre e indigente, sem abrir mão de demonstrar os limites da sua condição. Conforme determinados elementos evidenciados na petição, o pedido para que fosse reconhecida como devidamente pobre parece ganhar contornos de um ato solenemente imperativo, afeito à estranha altivez de quem *se reconhece* ou *se vê* à margem do acesso legal, tendo em vista os custos próprios desse canal de atuação, dificilmente acessados por pessoas como ela. Porém, mesmo assim, eis que se constituíram os meios para a afirmação de um arriscado ato de atrevimento. Pois, se chamamos a atenção para essa ousadia, não ignoramos a desconfiada advertência que proferiu, quando apontou que seu trabalho como boia-fria permitia seu afastamento das condições de indigência, mas, ao mesmo tempo, a situava,

categoricamente, na faixa da pobreza, “recebendo quantia que apenas dá para o sustento da família”.

Essa menção não foi feita sem destacar que a motivação pelo pedido do “favor legal” advinha do que seria “o fato de estar impossibilitada para o trabalho agrícola”; alegando motivos alheios à sua disposição. Pois, devido à sua condição de saúde, não conseguia lidar com os afazeres designados a uma diarista. Nesses termos, não seria nada absurdo argumentar e/ou admitir que a assistência jurídica também demandasse o apelo da subalternidade por parte de trabalhadores como a Sra. Lúcia. Mas, em contrapartida, seria incongruente desconhecer que essa sujeição não era prestada em quaisquer termos e sem que se estimassem os seus prováveis ganhos. Pois, como observamos, fosse nas relações com empregadores, instituições governamentais, meios de comunicação, trabalhadores (socorristas), entidades sindicais ou instituição judicial, esses homens e mulheres, marcados por uma condição comum de classe, lidaram com os aspectos mais aguçados do empobrecimento. Em circunstâncias variadas, submeteram e afirmaram suas distintas expectativas a um conjunto multifacetado de atuações sociais, pouco se preocupando com o juízo que faríamos dos caminhos que percorreram.

Afinal, quando agora ensaiamos a recomposição de um sentido histórico que busca articular os modos como viveram, somos nós que os revisitamos, que os desencavamos do passado e dos processos que deram termo. Cientes dessa operação, quando retomamos essas distintas relações de assistência (chamando a atenção para a potência de suas constituições e dinâmicas de poder), definimos pautar e delimitar, por motivações aqui já exploradas, as ações de deferência abertamente sustentadas por trabalhadores (muitas vezes tomadas como meras profusões de súplicas subalternizadas). Porém, ao invés de simplesmente anotá-las como um tipo de atitude, inversamente diferente daquelas condutas tidas como claramente contestatórias (exaltadas em seu caráter abertamente denunciador das mais variadas práticas de exploração e opressão), decidimos não cobrar por essa ou aquela nuance, como se delas exigíssemos uma conduta previamente credenciadora para o acesso às páginas de nossa narrativa historiográfica. Buscamos abordá-las tal como as identificamos, explorando

suas variadas manifestações, tanto como aceitando o desafio de lidar com as complexidades expressas nas propriedades de suas evidências.

Assim, não propomos uma substituição na ordem do privilegiamento das ações a serem tidas como mais adequadas e/ou predominantes no interior do campo de pesquisa histórica, ocupado com as relações de poder afetas aos trabalhadores. Porquanto, também não temos nenhum interesse em rearranjar as supostas hierarquias que possam ser propostas ao se firmar as vistas nesse terreno ampliado e fundido nas conexões operadas pelas experiências mantidas por esses sujeitos. Isso equivale dizer que não temos nada a comemorar com o fato da exploração e da opressão serem evidenciadas dessa forma e não daquela. Mas, podemos, a partir do modo como concebemos nossos projetos de pesquisa e seus desdobramentos (tais como os propostos neste artigo), recolocar nossa ligação com os valores e expectativas de outros trabalhadores, sejam eles nossos contemporâneos ou rememorados de tempos passados. Contudo, esse não é um propósito dos mais simples. Ao contrário do que se pode imaginar, também não é um posicionamento reconfortante. Nesse caminho, não conseguimos (ao menos não sem algum constrangimento) nos proteger em nossa autoconfirmação. Nele, sentimo-nos desconfortáveis em assumir o posto de guardiões do verdadeiro sentido histórico – invariavelmente, ele é contrastado entre a imagem que fazemos de nossas próprias expectativas e aquelas com as quais nos confrontamos na dinâmica social mais ampla.

Ao afastarmo-nos desse cenário, cultivamos uma premissa central, estimuladora de uma vigilância quase flagelante, em que perseguimos a lucidez de que não precisamos (nem pretendemos) cobrar fidelidade de nossos interlocutores para com nossos propósitos e posicionamentos. Pois, ainda que motivados pela concepção de nossos projetos sociais, estando efetivamente dispostos a nos mobilizar por eles, sabemos que os trabalhadores, principalmente os que podem ser identificados com os sujeitos tratados neste artigo, já foram e/ou são excessivamente (e constantemente) assediados pelas várias expectativas de fidelização que lhes são propostas. Portanto, parece razoável supor que quanto mais expostos às dificuldades, mais persistentes e contundentes são as pressões (vindas de todos os lados) para que se comprometam com esses ou aqueles projetos – todos supostamente pensados para o seu devido bem-estar.

Tentamos indicar que esse não é um caminho de mão única. Esperamos ter suscitado a desconfiança, quiçá a curiosidade, pelo modo como esses pretensos fiéis estão lidando com essas investidas. E, para finalizar, temos em mente as experiências investigadas por Silva (2007), que evidenciando os pedidos e as promessas redigidos por romeiros de São Francisco das Chagas de Canindé-CE, sugeriu o modo como, mesmo os que se declaram literalmente fiéis, defrontam-se com seus aludidos protetores. Nesse universo, informado por protagonismos firmados nos valores e interesses dos que buscavam assistências as mais variadas, a autora decidiu colocar em suspeição as concepções predominantes, ancoradas no fanatismo religioso e na visão da fé como elemento de cegueira social. Ao abordar as cartas e bilhetes escritos pelos romeiros cearenses, dirigidos à paróquia entre os anos de 2000 e 2004, Silva (2007) valorizou o repertório de ação mobilizado nessa conduta religiosa. Visto que, como supôs,

Os devotos pedem, pedem e pedem [...] Não aceitam a realidade inóspita e recorrem a quem tem o poder de transformá-la ou de lhes dar forças para fazê-lo. E crendo que os santos ‘podem’, constroem argumentos para convencê-los. Sim, porque o pedido não se resume a um pedido somente. É um diálogo. Um devoto tem seus meios, deve ter seus merecimentos. (SILVA, 2007, p. 80)

Abrindo-se a esse flanco interpretativo, expôs uma dinâmica com contornos intrigantes. O que, a nosso juízo, só foi possível porque assumiu em sua investigação os termos de condutas formulados a partir do diálogo social, ainda que um dos interlocutores fosse declaradamente uma entidade divina. Mesmo nesse caso, os sujeitos elegidos para a pesquisa não foram notados como meros receptores de vontades e comandos celestiais. Até porque, não se sujeitavam ao consolo da vida tal como ela era, empreendendo meios e empenhando merecimentos para transformá-la. Compartilhar esse impulso investigativo não exige que venhamos a crer nas mesmas divindades, acionadas por aqueles romeiros, nem que comunguemos de seus preceitos religiosos e atos de fé. Porém, compreendemos que suas condutas clamam pelo reconhecimento da energia instilada em sua potência social. Elas demandam que consideremos se de fato um “pedido” se “resume a um pedido somente” – invariavelmente entendido como uma ação desprovida de concepções políticas próprias aos interesses de seus formuladores,

como se fossem reatividades encerradas em sujeições inertes e/ou manifestações de consentimentos a papéis de subordinação socialmente estabelecidos. Nas palavras de Portelli (2017), essas narrativas que trazem a uchronia dos sujeitos

implicitamente exprime[m] um juízo de conduta ou desilusão sobre a história real, sobre o mundo como foi e como é, e nos faz entender com aqueles pensamentos, com aquelas visões e sonhos de mundos possíveis, como as pessoas com quem falamos vivenciaram o tempo de suas vidas e da história. (PORTELLI, 2017, p. 193-194)

A partir do nosso olhar, sugestões com esses contornos nos instigam a reconhecer que é passada a hora de empenharmos (de forma mais vigorosa) o que resta dos traços ainda vivos de nossa disciplina, fazendo pulsar esses aspectos subvalorizados da dinâmica social, mobilizada por trabalhadores. Pois, também neles, podemos depreender determinadas vitalidades. Afinal, assumir as ambiguidades é entender a própria materialidade histórica, prenhe de potencialidades a serem exploradas, principalmente quando temos em mente memórias que apontam valores e condutas alternativas àquelas já conhecidas e proclamadas como historicamente válidas. Nesse caminho, colocamos em suspeição os supostos que tendem a afirmar (quase sempre de forma desabonadora) a impassibilidade de trabalhadores que se sujeitariam a quadros de domínios anuladores de seus esforços por uma vida melhor – além de, supostamente, indicar a esterilidade de autoconcepções referentes a esses esforços. Aqui, tal como apontou uma das cartas identificadas por Silva (2007) na qual, mesmo para as circunstâncias em que a desigualdade entre os interlocutores se firma na onipotência sobrenatural, essa é uma matéria que demanda maiores investimentos.

O autor da mencionada carta, endereçada à divindade de sua predileção, escreveu uma “saudação” de “amor” e “carinho”, manifestando uma dessas deferências próprias aos que pedem “graças”, e, alegando-se contemplado, agradece “tudo que o senhor já me deu” (SILVA, 2007, p. 82). Uma reverência que, a despeito da declarada consideração, exige os devidos reconhecimentos de sua inadimplência. Afinal, tratava com uma força onipresente, capaz de identificar os sentimentos e comportamentos próprios de uma dissimulação mais elementar. Então, eis que surgem as confissões de um fiel, disposto a pedir “muitas desculpas por muitas vezes esquece-lo do senhor, mas você sempre está

no meu coração apesar de fugir dos meus pensamentos” (SILVA, 2007, p. 82). O pedido de perdão sempre expõe fragilidades. Pois, esse ato de sujeição só se justifica por condutas de efetiva infidelidade, próprias aos transgressores. E essa é uma contradição difícil de ser equacionada quando se tem em mente apenas uma alternativa correta ao se considerarem as vicissitudes das relações de poder firmadas em pedidos de assistência sustentados por trabalhadores, tanto em suas preces quanto ações.

Em algum momento, precisamos reconhecer que esses trabalhadores não estão procurando tutores. Afinal, mesmo quando assim se apresentam, ou ainda, quando consentem com a encenação proposta por seus pretensos socorristas, sempre o fazem em prol das questões que lhes são próprias e não de terceiros. Sacrilégio que reconhecemos em nossa prática historiográfica, pois mesmo quando somos lisonjeiros com suas memórias sempre resta um hálito mórbido, carregado de tutela. Nossas seletividades, invariavelmente, expõem aquela triste concorrência entre as honras que devem ser destinadas aos elegidos e aquelas que pretendem ser atribuídas aos seus agraciadores, ainda que fosse preferível prevalecer o espaço da relação, radicalmente horizontalizado.

Referências

CERUTTI, Leandro G. **Deslocamento social e trabalho temporário: práticas e relatos de trabalhadores em Primavera do Leste-MT**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

CASCADEL cria comitê para apoiar sem terra. **Frente Ampla de Notícias**. Difusora do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 13 jul. 1984. Radiojornal.

CHRIST, Flaviane M. **Memórias, projetos e lutas na formação histórica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu/PR (1970-2009)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

FALCHI, Edna de. **Na luta por um pedaço de chão:** Experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Grande Dourados. Dourados, 2007.

CRAS. **Ficha de cadastro e anotação.** Marechal Cândido Rondon, Secretaria Municipal de Assistência Social, 05 out. 2010. Pasta 2 – Bairro Higienópolis.

GRIELEITOW, Ane Carine. **Política de assistência social:** a rede de proteção social básica no município de Marechal Cândido Rondon. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012

MÃES não foram buscar os alimentos. **Frente Ampla de Notícias.** Difusora do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 26 out. 1976. Radiojornal.

MORAES JUNIOR, Leozil R. de. **Mastro:** a formação do movimento dos agricultores sem terra do oeste do Paraná (1970-1990). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

NEGRO, Antônio L. [Entrevista cedida a] Ligia C. Santana e Hamilton R. dos Santos. **Perspectiva Histórica**, Salvador, n. 7, p. 141-149, jan./jun. 2016.

PESSOA, Jadir de M. **A revanche camponesa:** cotidiano e história em assentamentos de Goiás. Campinas. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

PARANÁ. Poder Judiciário. Solicitação de Justiça Gratuita – Lúcia (Pseudônimo), nº. 1.219/80. Vara Cível, Comarca de Toledo. **Processo Cível**, out. 1980.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 7, n. 13, p. 182-195, jul./dez. 2017.

POSTO de saúde distribui alimentos. **Frente Ampla de Notícias.** Difusora do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 28 jul. 1976. Radiojornal.

PROCURA de emprego em Mal. Rondon aumenta sensivelmente. **Frente Ampla de Notícias.** Difusora do Paraná. Marechal Cândido Rondon, n.p., 21 jun. 1983. Radiojornal.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SOS fornece carteirinhas. **Frente Ampla de Notícias.** Difusora do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 10 abr. 1979. Radiojornal.

Trabalhadores e as fendas da ambivalência assistencial: Oeste do Paraná em fins do séc. XX e início do séc. XXI

Sheille Soares de Freitas, Carlos Meneses de Sousa Santos

SILVA, Danusa de L. G. da. **Um pé aqui e outro lá:** experiências transfronteiriças e viveres urbanos de brasiguaios (Marechal Cândido Rondon/PR-1990-2010). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

SILVA, Lucília M. O. **Pedir, prometer e pagar:** escritos, imagens e objetos dos romeiros de Canindé. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SIMAS, Sara. **“Sou o pai, sou a mãe”:** famílias chefiadas por mulheres pobres em Joinville-SC (1997 a 2009). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

Recebido em 23/01/2018
Aprovado em 30/04/2019

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH

Revista Tempo e Argumento
Volume 11 - Número 27 - Ano 2019
tempoeargumento@gmail.com